

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 10.11.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 5 5 - 4

29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁ

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO
RELATOR PARA O : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
ACÓRDÃO

RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(A/S) : TATIANA SILVA DE BONA
RECORRIDO(A/S) : AZOEL DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : GERSON LUIZ WENZEL E OUTRO(A/S)

EMENTA: I. Recurso extraordinário: alínea "b": devolução de toda a questão de constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida. Precedente (RE 298.694, Pl. 6.8.2003, Pertence, DJ 23.04.2004).

II. Controle incidente de inconstitucionalidade e o papel do Supremo Tribunal Federal.

Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de "guarda da Constituição" - se furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentalmente (v.g. SE 5.206-AgrR; MS 20.505).

III. Medida provisória: requisitos de relevância e urgência: questão relativa à execução mediante precatório, disciplinada pelo artigo 100 e parágrafos da Constituição: caracterização de situação relevante de urgência legislativa.

IV. Fazenda Pública: execução não embargada: honorários de advogado: constitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal, com interpretação conforme ao art. 1º-D da L. 9.494/97, na redação que lhe foi dada pela MPr 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (C. Pr. Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, § 3º).



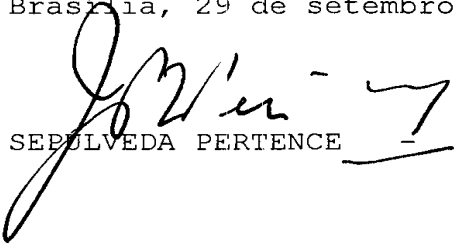
OS

MS

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em conhecer do recurso e declarar, incidentalmente, a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, com interpretação conforme de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (Código de Processo Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do § 3º do artigo 100 da Constituição. Em consequência, negar-se provimento ao recurso.

Brasília, 29 de setembro de 2004.



SEPÚLVEDA PERTENCE

REDATOR PARA O ACÓRDÃO

efs.

29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁ**RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO**

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(A/S) : TATIANA SILVA DE BONA

RECORRIDO(A/S) : AZOEL DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

ADVOGADO(A/S) : GERSON LUIZ WENZEL E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região acolheu parcialmente pedido formulado em agravo, ante fundamentos assim sintetizados (folha 35):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. MP 2.180-35/01, ART. 1º-D. INVALIDADE DECLARADA PELA CORTE ESPECIAL DESTES TRIBUNAL.

1. A questão acerca da fixação de verba honorária em execução não embargada encontra-se superada no âmbito deste Tribunal, porquanto, em sessão de 22-5-2003, sobreveio pronunciamento da Corte Especial declarando a invalidade do art. 1º-D da Lei 9.494/97, na redação que lhe deu a Medida Provisória 2.180-35/01 (IAIAI 2002.04.01.018302-1/RS).

2. Agravo de instrumento parcialmente provido.

O Instituto Nacional do Seguro Social, no recurso extraordinário de folha 37 a 44, interposto com alegada base na alínea "b" do permissivo constitucional, defende a harmonia do artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180-35, com a Carta da República. Ressalta que essa Medida Provisória, após a edição da Emenda Constitucional nº 32, permanece em vigor, tendo sido aceita a redação do diploma, porque anterior a 11 de setembro de 2001, circunstância que acarretara a integral

constitucionalização do ato normativo. Assim, o exame de eventual inconstitucionalidade da medida provisória estaria a depender do reconhecimento do mesmo vício em relação à citada Emenda. Afirma que a verba honorária, apesar de disciplinada no Código de Processo Civil, tem natureza material, por envolver o direito subjetivo do advogado à percepção da contrapartida pelos serviços prestados, não havendo óbice a que seja tratada por meio de medida provisória. A violência ao artigo 62, § 1º, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal não se configurara, mostrando-se válido o referido artigo 1º-D. Quanto à relevância e urgência da matéria, argumenta fugirem tais requisitos da alçada do controle jurisdicional, diante do fato de que "os pressupostos para a edição de qualquer medida provisória decorrem, em princípio, do juízo discricionário de oportunidade e de valor do Presidente da República". Salienta que o preceito questionado "veio afastar uma condenação injusta da Fazenda Pública, uma vez que está sujeita ao regime dos precatórios, salvo nos casos de pequeno valor, consoante mandamento previsto no art. 100 da Carta Magna", não sendo "razoável impor à Fazenda Pública o pagamento dos honorários advocatícios, rubrica esta baseada nos princípios da sucumbência e causalidade, quando não há no caderno processual qualquer resquício de contrariedade à pretensão inserta na exordial executória" (folhas 42 e 43). Registra que a norma também visa à proteção do patrimônio público contra condenações injustificáveis. Aduz que, tendo a Lei nº 10.099/2000 definido as obrigações de


pequeno valor e considerando que as condenações em honorários, na grande maioria, não ultrapassam o patamar estabelecido, "salta aos olhos a urgência em fazer introduzir no ordenamento jurídico brasileiro a vedação de condenar a Fazenda Pública ao pagamento dos honorários advocatícios nos casos em que a execução promovida, com fundamento em título judicial, não é embargada" (folha 43).

Os recorridos não apresentaram contra-razões (certidão de folha 65-verso).

O procedimento atinente ao juízo primeiro de admissibilidade encontra-se à folha 66.

A Procuradoria Geral da República, na peça de folha 75, reporta-se ao parecer lançado no Recurso Extraordinário nº 401.575/PR, no qual em discussão fazia-se a observância, no tempo, da Emenda Constitucional nº 32/2001, havendo o Ministério Público Federal consignado a impossibilidade de se agasalhar tese no sentido de se admitir a inconstitucionalidade formal superveniente. Nestes autos, preconiza o provimento do recurso.

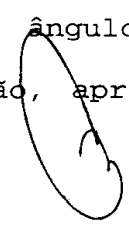
É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na apresentação deste recurso, foram observados os pressupostos gerais de recorribilidade. A peça, subscrita por procuradora federal, restou protocolada no prazo dobrado a que tem jus o recorrente. A publicação do acórdão deu-se no Diário de 1º de outubro de 2003, quarta-feira (folha 36), ocorrendo a manifestação do inconformismo em 20 imediato, segunda-feira (folha 37).

No caso deste processo, tem-se a interposição do recurso pela alínea "b" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, sendo certo que o Instituto providenciou a juntada, ao recurso extraordinário, do acórdão mediante o qual o Tribunal Regional Federal da 4ª Região declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, com a redação imprimida pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por violar o artigo 62 da Carta da República, isso no tocante aos requisitos da urgência e da relevância. Esclareço que não se faz em jogo o óbice, em si, do artigo 62, § 1º, inciso I, alínea "b", do Diploma Maior. Em primeiro lugar, porquanto a Medida Provisória nº 2.180-35, nessa versão, data de 24 de agosto de 2001 e a Emenda Constitucional nº 32 é do mês imediato. Aliás, o Instituto, diante do que decidido pela Corte de origem, não procedeu à arguição do tema sob o ângulo da inconstitucionalidade formal superveniente. Cumpre, então, apreciar

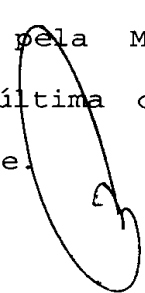


a matéria de fundo e definir o acerto ou desacerto do acórdão da Corte de origem, no que rechaçado o concurso dos requisitos de relevância e urgência para normatização da matéria pelo Presidente da República.

O Tribunal ultimamente tem admitido adentrar o campo do exame dos citados requisitos, não os tendo, assim, no campo estritamente político, da descrição do Presidente da República. Confira-se com o que decidido nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.647-4, 1.753-5, 2.150-8 e 2.213-0.

O texto constitucional revela a legitimidade da edição de medidas provisórias "em caso de relevância e urgência". O Supremo Tribunal Federal é guarda da Carta da República como um grande todo, razão pela qual descabe assentar a impossibilidade de proceder à análise dos citados requisitos. Pois bem, o Código de Processo Civil data de 1973 e disciplina a execução contra a Fazenda Pública - artigos 730 e seguintes. Sempre esteve presente a responsabilidade do executado, nessa verdadeira ação que é a de execução forçada, pelos honorários advocatícios. É o quanto se mostra suficiente para dizer-se que não se configurava excepcionalidade maior a contrapor-se ao princípio da separação dos Poderes. A Medida Provisória nº 2.180-35, ao acrescentar dispositivo à Lei nº 9.494/97, prevendo o não-cabimento de se atribuir os ônus concernentes aos honorários advocatícios à Fazenda Pública nas execuções não embargadas, fez-se ao mundo jurídico em conflito com a premissa do artigo 62 da Lei

Máxima, conforme salientado no parecer do Ministério Público Federal transcrito no acórdão relativo ao incidente de arguição de inconstitucionalidade julgado pela Corte de origem. O próprio Executivo, mediante decreto, veio a balizar a apreciação, pela Presidência da República, de projetos de medidas provisórias e aí cogitou, em harmonia com o texto constitucional, de estado de necessidade legislativo decorrente de circunstância fática ou situação jurídica de difícil previsão - Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, publicado no Diário de 24 de fevereiro de 1999, artigo 32. A seguir, em 30 de maio de 2000, foi editado o Decreto nº 3.495, elucidando-se a "exigência ou indispensabilidade de tomada de providência de índole legislativa com efeito imediato, sob pena de se verificarem prejuízos de ordem administrativa, econômica, social ou de segurança pública", consignando-se, pedagogicamente, que não seriam disciplinadas por medidas provisórias matérias que pudessem ser aprovadas dentro dos prazos estabelecidos relativamente ao procedimento legislativo de urgência fixado na Carta da República. O Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, não discrepou dessa normatização, estando, portanto, em consonância com o artigo 62. Então, há de se concluir pelo conhecimento do recurso e desprovimento, declarando-se a inconstitucionalidade do artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, considerada a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ante o conflito desta última com o artigo 62 da Constituição Federal. É como voto na espécie.



RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5**PARANÁ**

À REVISÃO DE APARTE DO SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR-RE
420.816).

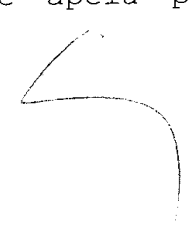
V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente, estou em frontal discordância com o voto de Sua Excelência por fundamentos claros.

A rigor, entendo que o Tribunal pode declarar e avaliar os casos de inconstitucionalidade por descumprimento, especialmente do critério da urgência, porque, em princípio, o critério da relevância está presente na legislação por razões óbvias.

Neste caso específico, a matéria carece de fundamentação. E qual é a fundamentação? Foi dito da tribuna, na bela sustentação feita pela Procuradora do INSS, mas ela esqueceu de dar alguns detalhes: quantas mil execuções se fazem contra o INSS? Creio, em tramitação, hoje, na relação com a previdência social, algo em torno de 2,5 milhões de processos. É disso que estamos a falar.

Ora, nesse contexto, e diante de uma nova política judicial, em que não mais se recorre, nem se apela para o ato



protelatório, editou-se a medida provisória, tendo em vista defender o erário público, evitar o ganho pelo ganho; tão-somente isso. Dizer que isso não é urgente. Isso poderia ser quantificado.

O SR. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Ministro, é urgente obrigar o advogado a trabalhar de graça?

O SENHOR MINISTRO **GILMAR MENDES** - Não. Essa é outra questão, tanto que está se cumprindo essa decisão - e vou registrar esse outro aspecto - até mesmo quando se edita a súmula e não mais se recorre, porque a matéria está pacificada, graças a uma orientação que tem evitado, talvez, uma maior enxurrada de processos.

Neste caso específico, a lógica a que levaria, numa teoria dos jogos, é a seguinte: vamos, então, protelar, uma vez que temos que despende com despesas de honorários e vamos, então, evitar a satisfação do direito da parte, do cliente, aquele que, de fato, bate às portas da Justiça e a quem é devida a justiça. Estamos, aqui, a priorizar o direito do advogado.

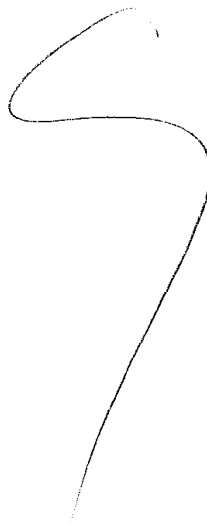
Lembro que este é o segundo caso em que o Tribunal declara a inconstitucionalidade em matéria de honorários de advogado. De três casos citados por Sua Excelência, dois deles dizem respeito a honorários de advogado. No caso, certamente é possível mostrar quanto isso custa, a cada ano, para a previdência social, quando é

uma medida de aceleração, de respeito aos direitos dessas pessoas que sofrem. O fato é este: estamos a priorizar o interesse do advogado.

Estou absolutamente convencido, neste caso - e nem iria a tanto -, de que o Tribunal não precisa se envolver nesse tipo, porque não estamos na linha "a" nem "b". Convencido, ainda gostaria de pensar, naquela hipótese da ação rescisória, mas daí dizer-se que ela não se aplicava aos casos já em julgamento? Poderia aplicar-se a outros casos, como o do Ministro Sepúlveda Pertence, mas, neste, em que tem aplicação imediata aos casos que se sucedem, como dizer que não tem urgência? Acho que, aqui, haveria um ônus de fundamentação significativo para o Tribunal ao dizer que, de fato, a matéria não é urgente.

Estou absolutamente convencido, também - já esgrimi esses argumentos em outros casos -, de que a matéria da urgência está submetida a um critério de urgência política. E estamos a ver isso agora. Quem fez, ontem, demagogia com medida provisória, hoje, não tem mais condições de fazê-lo; quem fez populismo, ontem, com medida provisória, hoje, está desqualificado de fazê-lo, porque estamos a ver que, aqui, há uma crise de decisão. É o processo decisório político que está comprometido. Por isso, não se faz. Tanto é que não se passam as leis processuais - sabemos disso - e, nesses casos de emergência, é que se fazia.

Peço vênia aos Ministros que, certamente, teriam antecedência - eu queria, na verdade, debater, mas acabei me precipitando - para externar o meu voto no sentido do provimento do recurso e da afirmação da plena constitucionalidade da medida provisória.



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁVOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhor Presidente, peço vênua ao meu sempre mestre Ministro Carlos Velloso para acompanhar a divergência.

Não houvesse o Ministro Gilmar Mendes aberto a divergência, eu o teria feito, pois entendo haver, aí, efetivamente, uma situação de urgência e, quanto à relevância, também sigo as observações de Sua Excelência.

Quero deixar registrado que estou de pleno acordo quanto à sindicabilidade desses requisitos; apenas não entendo discricionária a opção pela urgência, ou não. Para mim, não estamos diante dos tais inexistentes conceitos indeterminados. Não se trata de um ato discricionário. Estamos diante de uma noção histórica e temporal, que deve ser examinada pelo Poder Judiciário. Fica muito claro que, exata e precisamente por ser a urgência uma noção e não um conceito, porque o conceito é a-histórico e atemporal, e a noção é temporal e histórica, é essa característica do momento da edição da medida provisória que marca a urgência.

Com a vênua já solicitada, acompanho o voto do Ministro Gilmar Mendes.



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁV O T O

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Sr. Presidente, o Ministro-Relator foi muito feliz e preciso na questão da sindicabilidade das medidas provisórias pelo Poder Judiciário. Nos termos colocados por ele quando o Executivo, no uso de sua competência constitucional, transborda, se excede, ou, simplesmente, deixa de considerar que urgência pressupõe a irrupção de um quadro inusitado, insólito, inusual na vida nacional. A Constituição é tão rigorosa quanto a isso que exige mais do que urgência, exige, concomitantemente, urgência e relevância. Diria que, no caso, a urgência me parece inexistir porque não é insólito, inusual, não é invulgar o INSS responder a milhares e milhares de processos na Justiça, isso é o comum, cotidiano do INSS.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Vossa Excelência me permite? O Ministro Gilmar Mendes fez referência que me deixou em dúvida se a medida provisória diz respeito a execuções fiscais, ou a ações contra o INSS.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Ações contra a Fazenda.



O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Agora, no caso, contra o INSS.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Execuções contra a Fazenda, ela deixa de embargar.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Acho até que há uma relevância ao avesso, ao contrário. A relevância está em cumprir o Código de Processo Civil, confirmar o cabimento de honorários em execução contra a Fazenda Pública como fator de inibição, de desrespeito à legislação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -
Acho que esteja faltando, talvez - impressionou-me muito a sustentação da ilustre Procuradora do INSS -, um ponto. Há certas execuções contra a Fazenda, para pagamento em dinheiro, que são compulsórias. Agora, há outros tipos de execuções, que não as de pagamento em dinheiro, em que não existe esse dado. Isso é que eu gostaria de ver refletido.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Essa massa de casos é exatamente isso.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Quanto a esses, não tenha dúvida. Mas não estamos discutindo só o INSS. Não, é toda a Fazenda Pública: execução de obrigações de fazer, de emitir um ato administrativo, retardado pela Fazenda.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Relativos às prestações de pagamento, só isso.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Mas isso não está dito.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Mas é disso que se cuida.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Eu sei, mas não está dito na medida provisória. Creio que, pelo menos, teríamos de cogitar de interpretação conforme.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Mas é disso que se cuida, propriamente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Não vejo porque, em termos do princípio da isonomia, numa execução

que se fundamentasse na mora do Poder Público, se pudesse liberá-lo do pagamento de honorários.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - É apenas de pagamento.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Mas isso não está dito na medida provisória, salvo engano, relativa a quaisquer execuções não embargadas contra a Fazenda Pública. Ora, isso também existe quando, condenado o Estado, a emitir um ato administrativo, por exemplo, a reintegrar um funcionário público, não o faz e impõe a parte, com a sua mora, ir ao processo de execução.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Aliás, nenhuma parte recorre à execução, para lhe sofrer as delongas, senão quando não vê seu direito satisfeito espontaneamente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Não, nos pagamentos em dinheiro, porque aí é o sistema de precatório. A brava sustentação, a paternal sustentação do Ministro Gilmar, em paixão quase de mãe, é impressionante, no que diz respeito à execução, necessariamente sujeita ao regime de precatório, e, portanto, inevitavelmente condicionada ao processo de execução.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - É a responsabilidade pelos cofres públicos. Quando falamos de dois milhões, acho que só em execuções temos mais de quinhentos milhões, disso que se cuida. A única segurança, até para evitar, e o INSS é o campo onde operaram as "Georginas de Freitas", vamos lembrar disso. Onde se fizeram os acordos e foram feitos os grandes estelionatos pela via judicial.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO (RELATOR - RE 420.816) -
Isso aconteceu com a concessão de benefícios, mediante fraude, coisa diversa.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -
Não é esse o grande número dos dois milhões e quinhentos, pois este, sabemos todos, tem um grande percentual de denegação de benefícios tranqüilizados na jurisprudência, que o INSS não cumpre e fica inerte até a demanda de execução.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Tem de tudo: planos econômicos, etc.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - O "Caso de Georgina" me leva a lembrar que, se não fosse a capacidade investigatória do



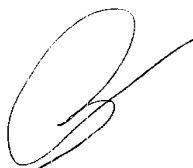
Ministério Público, por conta própria, não chegaríamos ao deslinde da questão. Mas, voltando ao voto do eminente Ministro-Relator.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Quanto a esse caso, diria que foi a capacidade investigatória da Corregedoria da Justiça. Mas isso não está em julgamento. É um caso que nasce por uma brava ação corregedora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - De parelha, com atuação destemida, competente do Ministério Público.

Sr. Presidente, sem delongas, voto com o Ministro-Relator e peço vênica aos eminentes Ministros que discordaram do voto de Sua Excelência.



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁCONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento, aliás, até com certa legitimidade, pelo fato de ser novo nesta Corte. Estamos julgando um caso, não é uma ADIn? Y

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Não, é um caso. Não é ADIn. Mas a lei foi declarada constitucional. Então, a nossa decisão, por exemplo, confirmando-a, será comunicada ao Senado Federal para dar-lhe eficácia **erga omnes**.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - De qualquer forma, vou manter o meu voto. Y

29/09/2004**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁ**

À revisão de apartes dos Srs. Ministros Gilmar Mendes, Sepúlveda Pertence (Presidente), Carlos Velloso (Relator -RE 420.816), Carlos Britto e Celso de Mello.

V O T O

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, sensibilizou-me a argumentação do eminente Ministro Gilmar Mendes, mas tenho a impressão de que a situação que Sua Excelência toma por pressuposto - e que atrai sua justa preocupação - é caracterizada sobretudo nos casos de condenação, em quantia certa, da Fazenda Pública, nos quais o regime de pagamento é de precatório e, portanto, trata-se de execução singular e necessária, como certas ações constitutivas, em que o risco desse dano à Fazenda Pública não existe, pois, se esta não embarga, não se lhe caracteriza a sucumbência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência teria que dizer a todos os juízos que não condenassem o Poder Público em honorários nesses casos.



O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Se foi expedido precatório.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Isso foi muito discutido, até no processo civil comum.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Nos outros casos de execução, não, porque aí depende de satisfação espontânea ou de inadimplemento do devedor. Mas, nos da Fazenda Pública, em que ela e o credor não têm alternativas,...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Do contrário, o Tribunal não teria declarado a inconstitucionalidade da norma neste caso específico que está sendo objeto de discussão. Aquela norma seria inútil. Estamos falando disto, porque houve condenação em honorários.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim. Habitualmente, parece-me que se incluiriam os honorários.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Acho que é o caso de o Tribunal, na hipótese de recurso, dar a interpretação correta da norma correspondente à sucumbência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A melhor forma é dizer que é constitucional a norma.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ou seja, vamos acabar reconhecendo urgência num caso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Que notoriamente tinha. O que acontecia? Havia despesas claras com honorários, por isso é que se editou a Medida Provisória.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Em que casos?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Nesses casos em que há execução por quantia certa e não houve embargos. Ainda assim, havia condenação em honorários.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - São casos que não encontrei.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O caso concreto que está sendo objeto de discussão. Tanto é que o resultado é na condenação dos honorários. É o que o Ministro Carlos Velloso acabou de ler.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Consideramos um caso, por exemplo, em que o INSS resistiu, até o desespero, ao piso do salário mínimo para qualquer benefício previdenciário. Obviamente, isso deu alguns milhões; pode ter dado, quiçá, milhões de execuções e tantas outras séries do INSS, de que somos vítimas.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - A lei trata de honorários de sucumbência. O que não há aqui é sucumbência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência está querendo discutir um pressuposto, - a correção da decisão do juiz - que não está em jogo. Vossa Excelência está afirmando que o juiz não deveria condenar em honorários, mas condena. É disso que estamos a falar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - No caso concreto, deve ter havido.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Se condena,
erra.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - O que acontece? É proposta a execução contra a Fazenda Pública. E esta vem e diz que vai pagar. Não deve o juiz fixar os honorários do advogado que foi contratado para requerer a execução?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência está entendendo por que a medida provisória?

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Aí é que está: vai o advogado trabalhar de graça? Por isso é que fiz a intervenção.

Repito o meu raciocínio: é requerida uma execução contra a Fazenda Pública. Esta vem e diz que não vai embargar, que vai pagar. Não haveria honorários?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência deveria, talvez, avançar para o mérito.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Acho até que essas questões não devem influir no nosso julgamento. Estamos examinando apenas se há urgência

ou não em o Presidente da República baixar uma medida provisória para dizer que não há honorários advocatícios em execuções não embargadas. Penso que não há urgência nem relevância.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Porque não será por um argumento da urgência.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Invoquei o mérito, aqui, nestes termos: seria lícito obrigar o advogado a trabalhar de graça?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Os honorários em execução?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Embargadas, ou não, estatui o § 4º do art.20 do CPC.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Foi um afastamento para isso.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Estamos examinando é o art. 1º-D:



"Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas."

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É uma exceção por quê? Por razões singelas que já conhecemos e tentei explicar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - A Lei 8.952/1994 incluiu, no art.20, § 4º, do C. Pr. Civil, aquelas hipóteses em que, nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - É porque se obriga alguém a ir a juízo. Ninguém pode ir a juízo sem advogado. Advogado não propõe ação sem remuneração. Ele vive disso. Foi o que disse, se bem que isso não influencia o meu julgamento, que se limita a verificar se há urgência e relevância.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Ministro, temos de reconhecer que, nas execuções contra particular, só se vai ao processo de execução se há mora. Mas ao contrário, a Fazenda não pode pagar sem precatório.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sim, claro, por isso mesmo acho que não há sucumbência e não são devidos honorários advocatícios.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas não é o entendimento que está dominando.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Depende.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Estou raciocinando em termos de execução por quantia certa e vou propor que a tanto se reduza o dispositivo de nossa decisão.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sujeitos a precatório.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim, sujeitos ao precatório, pois que aí não há mora.

O processo de execução por quantia certa contra a Fazenda é um desdobramento necessário para a satisfação do débito reconhecido por sentença, ao contrário do que ocorre na execução por quantia certa contra o devedor particular.




O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Mas na origem de tudo está o descumprimento da lei pelo Poder Público.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não. No caso de precatório, não.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Não é isso, Ministro. Quem examina as pautas de nossas Turmas há de compreender a irritação. Reconheço até o trabalho notável que Vossa Excelência fez na Advocacia Geral da União para minimizar isto. Mas a temeridade da resistência da Fazenda a certos tipos de reivindicações, e do INSS, particularmente, é notória. É um dado da realidade.

Estou sustentando que, quando o processo de execução é necessário, a sucumbência é uma só e há de ser fixada, no processo de conhecimento, até considerando que o advogado vai ter necessariamente esse trabalho na execução por precatório, que é fatal.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Já é suficiente.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Se estivesse em lei, mas em medida provisória o que se discute é isto: os requisitos de urgência e de relevância integram o regime jurídico da medida provisória. 

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Eu fico nos requisitos, urgência e relevância.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Foi uma avaliação sobre a situação existente e que se quis explicitar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Cheguei a sustentar, com certa audácia, que a matéria processual, em função de suas consequências muitas vezes irreversíveis, até por força de eventuais coisas julgadas, era incompatível com a medida provisória. Mas fui amplamente derrotado na Casa.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Também, sempre afirmei isso.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: A EC nº 32/2001, ao dar nova redação ao art. 62 da Constituição, **pré-excluiu**, do âmbito de incidência da medida provisória, a disciplinação de matéria processual (**CF**, art. 62, § 1º, I, "b"), **tornando clara** essa vedação de caráter material.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É, a nova redação deixa claro.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Tranqüiliza-me e conforta-me que, na Emenda Constitucional 32 se tenha excluído expressamente a medida provisória em matéria processual. Porque, efetivamente, é uma desigualdade de armas brutal, dada a aplicação imediata da lei processual - que me perdoem os ex-Advogados-Gerais da União -, a mudança das regras do jogo no segundo tempo da partida.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não é disso que se trata. Muitas vezes - todos sabemos -, a legislação tem essa função tópica. Se aplicamos o pensamento tópico, é no âmbito da legislação; e, se houve uma área em que operou o corporativismo com toda força em matéria legislativa, sabemos que foi exatamente em matéria processual.

Por outro lado, em resposta àquela primeira objeção de Vossa Excelência Min. Sepúlveda Pertence, sobre a temeridade da resistência do INSS, devo dizer que é, exatamente, neste campo que se fez o maior avanço em matéria de justiça e de justiça social, que são os Juizados Especiais Federais da Lei nº 10.259. O grande laboratório ocorre justamente no âmbito do INSS, com o limite - até sessenta salários mínimos. E não estamos a falar de bagatela, mas de noventa por cento das causas da Previdência Social, que estão sendo resolvidas agora sem o processo

retardando de precatório. Portanto, sem esse modelo de execução.

É nesse laboratório que estamos a operar.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (Relator - RE 420.816) - Nos Juizados Especiais.


O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, vou, agora, deixar um pouco mais claro meu pensamento. Nos debates, fiquei ainda mais convencido do seu acerto.

A idéia de sucumbência está ligada a uma situação jurídico-material que, resultante de certa decisão ou provimento jurisdicional, é suscetível de ser melhorada por efeito de algum recurso. Então, diz-se sucumbente a parte que foi posta, por uma decisão ou por outra espécie de provimento, em situação tal que pode ser melhorada mediante recurso.

Nos casos de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, a execução, tanto no sentido de ação processual, quanto no sentido material de pagamento, não pode dar-se da maneira ordinária ou geral. É que o credor só pode exigir o crédito em procedimento análogo ao processo de execução, e a devedora não o pode pagar senão mediante esse mesmo procedimento específico.



Nesse caso, se não há embargos no sentido técnico da palavra, não há sucumbência alguma, porque não existe nenhuma situação passível de ser modificada em benefício do recorrente mediante recurso. Isto significa que não se poderia aplicar o § 4º, com a redação dada pela Lei de 94, em termos de honorários sucumbenciais, porque, simplesmente, sucumbência não há. O que sucede é que a jurisprudência acabou convalidando condenação em honorários que não são justificados nos termos da lei processual. E se isso realmente estava causando, em termos de prática judiciária, dano grave, acho que o caso era de urgência.

Nesses termos e com tal restrição, isto é, de a norma ser interpretada apenas para os casos de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, acolho, em parte, o recurso. 

29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁP R O P O S T A

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - O provimento é total. Trata-se de uma execução por quantia certa. O problema é a declaração de inconstitucionalidade da medida provisória. A minha proposta, anticipo, para apreciação dos Colegas é a de interpretação conforme, para reduzir o alcance da medida provisória às execuções de quantia certa contra a Fazenda Pública. Para as outras, não vejo justificativa - e deixo a parte a discussão, sempre inçada de dificuldade, sobre o cabimento ou não de medida provisória - para fundar-me no princípio da isonomia.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - É porque, em outros casos em que a Fazenda Pública não está jungida a nenhuma medida legal para satisfazer desde logo sua obrigação, se ela é executada e não embarga, então é sucumbente, pois está causando atraso ao credor.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Dei o exemplo. A Fazenda é condenada à reintegração de um funcionário público.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Claro, estou de acordo.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - E não o faz. Qual é o meio? Processo de execução.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - A execução de que se cuida aqui é esta execução do art. 730. É disso que estamos a falar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim, é o que se chama de execução contra a Fazenda Pública, mas a medida provisória disse evidentemente mais do que quis dizer. Pensando nisso, falou em execução contra a Fazenda Pública, e este art. 730 é apenas a execução por quantia certa.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Tanto é que a hipótese que o Ministro Carlos Velloso traz é exatamente um caso deste e a sustentação está toda centrada nisso.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim, Ministro Gilmar Mendes, não tenho dúvida - e o problema foi posto por uma procuradora do INSS - de que o drama do INSS é a execução por quantia certa. Não tenho dúvida. Agora, quando não o seja, não vejo nenhuma razão para distinguir conforme o executado seja ou não a Fazenda Pública.

A minha proposta é esta: dar provimento ao recurso, mas reduzir a declaração de inconstitucionalidade a outras execuções que não aquela por quantia certa.

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - A própria medida provisória, obviamente, não teve por pressuposto a questão da



qualidade da Fazenda Pública, mas o fato de não haver, como o Ministro Cezar Peluso já havia esclarecido, qualquer esforço. Tanto é que não se pretendeu retirar os honorários da condenação do processo de conhecimento, simplesmente, ou na execução embargada, porque não se discutia isso. Tão-somente na hipótese em que de fato era uma ficta execução.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim. Hoje, é o cálculo feito pelo exequente, e se a autarquia está de acordo...

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES - Não tenho dificuldade de aderir à proposta de Vossa Excelência.



29/09/2004

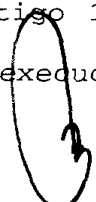
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Senhor Presidente, o pano de fundo é único: a modificação do Código de Processo Civil quanto à fixação dos honorários advocatícios. Veio a ser editada uma medida provisória que se distancia de um princípio a ser observado - pouco importando que se trate do cidadão comum, de uma pessoa jurídica de direito privado, de uma pessoa jurídica de direito público -, o tratamento igualitário das partes.

A medida provisória, já convertida em lei, dispõe que, no caso de ajuizamento de execução contra a Fazenda Pública, propositura, portanto, de ação, se a Fazenda Pública não ajuizar embargos à execução, incidente do processo de execução forçada, ela estará eximida de satisfazer honorários.

Seria interessante colocar a questão sob o ângulo do aposentado, do beneficiário da Previdência e, também, dos contribuintes. Então, já me defronto com algo que, a meu ver, discrepa da ordem jurídica, que é o tratamento diferenciado. Dir-se-á: não se tem execução, nos moldes comuns, contra a Fazenda Pública porque há de se partir para a requisição do numerário, visando a satisfazer o título executivo judicial. Em termos, essa afirmação deve ser acolhida. Em termos, por quê? Porque o § 3º do artigo 100 da Carta dispensa, em certas situações, a requisição, a execução

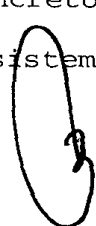


mediante essa via-crúcis, que é o precatório, ao dispor que o contido na cabeça do artigo:

[...] não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

O que deve ocorrer normalmente, Senhor Presidente, quando o Judiciário bate o martelo e impõe uma condenação, tendo em conta obrigação de dar? A observância espontânea do título por parte da Fazenda Pública quando, principalmente, não se trate de débito enquadrável na modalidade de execução, que é execução via precatório. Mas há resistência. Defrontando-se a Fazenda Pública com deficiências de caixa, ela como que aposta na morosidade da Justiça e não cumpre, em hipótese em que a execução escapa ao sistema de precatório, voluntariamente a decisão proferida.

Senhor Presidente, há um princípio que entendo implícito na Carta da República, considerada a garantia do acesso ao Judiciário: aquele que recorrer ao Judiciário, por se sentir prejudicado quanto à observância de certo direito, não deve, caso vencedor, sofrer diminuição patrimonial. No caso concreto do Instituto, a grande maioria dessas execuções escapa ao sistema de precatório.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -
Ministro Marco Aurélio, apenas lembro que o § 3º do artigo 100 foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 20.

Aí não estou em dúvida, quer dizer, também nessa hipótese eu concederia, sim. Há inadimplência do que a autarquia poderia adimplir.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não alcancei a observação de Vossa Excelência. Sou relator de um recurso extraordinário - o Presidente até tinha me comunicado que chamaria para votar a seguir - que versa justamente essa matéria.

Prossigo, Senhor Presidente, não posso conceber o tratamento diferenciado. Dir-se-á: bem, mas temos o interesse público. O interesse público para mim, no caso, é o secundário. O Estado quando comparece em juízo é como parte, despojado de idéias concernentes à soberania e, fora as exceções fixadas na própria Carta da República, há de ser tratado como é a parte comum, a parte contrária.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A parte contrária que não é igual ao Estado, nesse caso, como já ficou demonstrado pelo Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - É mais frágil do que o Estado.



O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não, o privado é diferente, por isso se mostrou. Não há como equiparar uma situação com a outra.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Para mim, Senhor Presidente, parte é parte, e a individualização no processo ocorre visando a responsabilidade.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Queiramos ou não, é uma parte "mais igual do que as outras", porque tem o benefício do pagamento mediante precatório.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Porque a sociedade é que deve, não é o Estado.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Sim, Ministro Gilmar Mendes, por isso disse "queiramos ou não" para não contrariar ninguém. Sei que Vossa Excelência tem um caso de amor com a Fazenda Pública, e o Ministro Marco Aurélio tem um caso de desamor.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não, Excelência. Há pouco, mesmo, votei na questão da alíquota zero e da não-tributação quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI a favor da Fazenda. Amo as partes sem distinção. Se não estivesse com a toga, tenderia a ir numa caminhada franciscana a proteger, realmente, os menos afortunados. Recordo que dizia muito, na Justiça da qual sou originário, a do Trabalho, que protecionista é a lei quanto ao hipossuficiente, ao prestador dos serviços. O juiz



não deve ser protecionista. No Supremo, mudei a óptica no campo penal... Rigorosa é a lei no campo penal. O juiz deve perceber que a lei é feita para os homens e humanizá-la na medida do possível, sem partir para o direito alternativo.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Ministro Marco Aurélio, queria endossar o ponto de vista de Vossa Excelência sobre essa necessidade jurídica de se tratar igualmente as partes em juízo. Pouco importa que uma das partes seja o Poder Público. E digo mais: a Constituição quando criou os mecanismos processuais de defesa do indivíduo o fez no capítulo devotado aos direitos e garantias individuais, ou seja, todo artigo 5º, de que fazem parte o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa etc, foi redigido numa pressuposição, o indivíduo é hipossuficiente, o Poder Público é hiperssuficiente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -
Vossa Excelência também, com todas as vênias, está fazendo abstração do dispositivo constitucional que interessa à causa, é o art. 100. Ali, queiramos ou não, repito, a Fazenda é tratada como hipossuficiente.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Veja, Vossa Excelência, o propósito do art. 100.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -
Acho que torna impossível a Fazenda adimplir voluntariamente um

débito judicial por quantia certa, Ministro, a única que interessa ao caso.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Sim, mas eu quero dizer que não há outra.

O que o Ministro Marco Aurélio está falando - parece-me correto -, a partir da premissa que ele colocou, em juízo as partes são iguais.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - São iguais, mas não na execução, porque existe o art. 100, gostemos nós ou não dele.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - E, mais, na falta do art. 100, quem seria prejudicado seria o particular, porque não haveria critério de justiça na ordem dos pagamentos.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Mas o art. 100 não impede o advogado de continuar trabalhando na execução, até para saber se houve embargos ou não à execução.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Presidente, no caso concreto, que tenho em mesa, houve a prolação de uma sentença.


O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Que deve ser ponderado na consideração dos honorários do processo de conhecimento. É algo que vai ter custo, vai ter necessariamente uma fase de execução.

3

Perdoe-me, Ministro Marco Aurélio, nós o interrompemos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não, imagina. Então, Presidente, volto à tecla: não estou diante de uma normatividade igualitária, linear, que tenha alterado o Código de Processo Civil, para dispor que, na execução não embargada, ficam excluídos, independentemente de se ter a parte "a", "b" ou "c", os honorários advocatícios. Afastou-se, de forma sintomática, os honorários advocatícios quando a Fazenda surge na ação, que é a execução forçada - repito com todas as letras, que é uma verdadeira ação -, como parte passiva, mas não como ativa.

O que ocorre no âmbito da previdência, o que ocorrerá no âmbito da previdência? O aposentado, com poucos proventos, que tenha que acionar o Instituto, para alcançar a observância de uma sentença trânsita em julgado, buscará a contratação de advogado. E, aqui, estamos diante de um caso em que houve agravo para o Tribunal - o que revela que não se atuou em juizado especial, quando na primeira fase é dispensável o profissional da advocacia, tendo o titular de direito questionado capacidade postulatória -, sendo necessária a busca do advogado, e ele, como ressaltado pelo relator, não atua gratuitamente. Os honorários serão contratados, compelindo o beneficiário da previdência a uma diminuição no próprio patrimônio. Será que a garantia de acesso ao Judiciário deságua



RE 415.932 / PR

nesse resultado? Por isso disse que implicitamente se tem em jogo o princípio nessa garantia de acesso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A diminuição do patrimônio, porque, no sistema do Código de Processo civil, os honorários pertencem ao advogado e não a parte. Não é a parte que está sofrendo esse decurso, para ficarmos na argumentação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Quem pagará os honorários?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Se vamos discutir problemas de realidade, Vossa Excelência vai ter que procurar muito na clientela dos pacientes do INSS para encontrar uma parte que pagou **pro labore** ao advogado. Estamos tratando de uma execução de seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - De qualquer forma, Senhor Presidente, presumo o que normalmente ocorre e não o excepcional. O excepcional está na gratuidade da atuação do profissional da advocacia, tendo em conta até mesmo que até hoje, passados quinze anos, o Estado - a União está incluída - não estruturou, como deveria ter feito, as Defensorias Públicas.

Senhor Presidente, vou ao voto que preparei neste recurso extraordinário:


"No caso deste processo, tem-se a interposição" - como já salientado pelo relator - "do recurso pela alínea "b" do

inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, sendo certo que o Instituto providenciou a juntada, ao recurso extraordinário, do acórdão mediante" - também presumo que tenha juntado no processo relatado pelo ministro Carlos Velloso - "o qual o Tribunal Regional Federal da 4ª Região declarou a inconstitucionalidade do artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, com a redação imprimida pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, por violar o artigo 62 da Carta da República, isso no tocante aos requisitos da urgência e da relevância. Esclareço que não se faz em jogo o óbice, em si, do artigo 62, § 1º, inciso I, alínea "b", do Diploma Maior." - a disciplina de tema processual, mediante medida provisória. Penso que nesse dispositivo, hoje, está proibido tratar de processo explicitamente, porque antes eu já entendia que, sendo processo segurança jurídica, ele não pode ser regido por ato precário e efêmero, como é a medida provisória - "Em primeiro lugar, porquanto a Medida Provisória nº 2.180-35, nessa versão, data de 24 de agosto de 2001 e a Emenda Constitucional nº 32" - que deu nova redação ao artigo 62 da Carta - "é do mês imediato. Aliás, o Instituto, diante do que decidido pela Corte de origem, não procedeu à arguição do tema sob o ângulo da inconstitucionalidade formal superveniente." - porque também não foi declarada - "Cumpra, então, apreciar a matéria de fundo e definir o acerto ou desacerto do acórdão da Corte de origem, no que proclamado o concurso dos requisitos de relevância e urgência para normatização da matéria pelo Presidente da República." - no que rechaçada a relevância e a urgência.

"O Tribunal ultimamente" - disse o Ministro e citou Vossa Excelência, Senhor Presidente - "tem admitido adentrar o campo do exame dos citados requisitos," - pressupostos constitucionais e ele é guarda da Constituição como um todo - "não os tendo, assim, no campo estritamente político, da descrição do Presidente da República. Confira-se com o que decidido nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.647-4, 1.753-5, 2.150-8 e 2.213-0.

O texto constitucional revela a legitimidade da edição de medidas provisórias 'em caso de relevância e urgência'. O Supremo Tribunal Federal é guarda da Carta da República como um grande todo, razão pela qual descabe assentar a impossibilidade de proceder à análise dos citados requisitos. Pois bem, o Código de Processo Civil data de 1973 e disciplina a execução contra a Fazenda Pública - artigos 730 e seguintes. Sempre esteve presente a responsabilidade do executado, nessa verdadeira ação que é a de execução forçada, pelos honorários advocatícios. É o quanto se mostra suficiente para dizer-se que não se configurava excepcionalidade maior a contrapor-se ao princípio da separação dos Poderes. A Medida Provisória nº 2.180-35, ao acrescentar dispositivo à Lei 9.494/97, prevendo o não-cabimento de se atribuir os ônus concernentes aos honorários advocatícios à Fazenda Pública nas execuções não embargadas, fez-se ao mundo jurídico em conflito com a premissa do artigo 62 da Lei Máxima, conforme salientado no parecer do Ministério Público Federal transcrito no acórdão relativo ao incidente de arguição de inconstitucionalidade julgado pela Corte de origem. O próprio Executivo, mediante decreto, veio a balizar a apreciação, pela

Presidência da República, de projetos de medidas provisórias e aí cogitou, em harmonia com o texto constitucional, de estado de necessidade legislativo decorrente de circunstância fática ou situação jurídica de difícil previsão - Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, publicado no Diário de 24 de fevereiro de 1999, artigo 32. A seguir, em 30 de maio de 2000, foi editado o Decreto nº 3.495, elucidando-se a 'exigência ou indispensabilidade de tomada de providência de índole legislativa com efeito imediato, sob pena de se verificarem prejuízos de ordem administrativa, econômica, social ou de segurança pública', consignando-se, pedagogicamente, que não seriam disciplinadas por medidas provisórias matérias que pudessem ser aprovadas dentro dos prazos estabelecidos relativamente ao procedimento legislativo de urgência fixado na Carta da República. O Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, não discrepou dessa normatização, estando, portanto, em consonância com o artigo 62. Então, há de se concluir" - a meu ver, e os honorários sairão de algum bolso - "pelo conhecimento do recurso e desprovento, declarando-se a inconstitucionalidade do artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, considerada a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ante o conflito desta última com o artigo 62 da Constituição Federal. É como voto na espécie."



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁV O T O

(EXPLICAÇÃO)

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Quero esclarecer que, no meu voto, fiquei somente no que o acórdão recorrido decidiu. O acórdão decidiu pela inconstitucionalidade da medida provisória, sustentando a inocorrência dos seus requisitos básicos, e eu concordei com o acórdão recorrido. Realmente, não vejo urgência nem relevância numa medida provisória editada para estatuir que nas execuções não embargadas não há honorários advocatícios.

Fiquei somente nisso, porque foi somente isso que decidiu o Tribunal *a quo* no caso de Vossa Excelência. Faço até indagações se foi a questão.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Estamos exatamente dizendo que há urgência e relevância.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O tema devolvido ao Tribunal pelos dois extraordinários é único: a edição da medida provisória à margem do artigo 62 da Constituição



Federal. Discorreremos sobre o pano de fundo, como podemos fazer em qualquer processo.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Sim, mas estaríamos a aventar a hipótese da inconstitucionalidade material. Será que poderíamos fazer isso, no controle difuso, se o acórdão recorrido não discutiu tal matéria?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Estou tranqüilo, no ponto. Entendo que o recurso extraordinário, pela letra "b", devolve ao Tribunal a questão da constitucionalidade da lei, com fundamentação aberta.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Aliás, foi o que decidimos em sessão memorável.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - No caso dos servidores públicos de São Paulo.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Tratava-se da questão de direito adquirido e irredutibilidade de vencimentos.



O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Jamais me comprometeria com essa tese; não me comprometi. Votei acompanhando Vossa Excelência, Ministro Pertence, sustentando que a irredutibilidade posta na Constituição constitui direito adquirido qualificado. E o acórdão recorrido cuidara do direito adquirido. Agora, se me é posto um fundamento diferente, não o aceito, sob pena de transformarmos o recurso extraordinário em causa aberta.

De sorte que votei acompanhando Vossa Excelência, Ministro Pertence, mas considerando a irredutibilidade de vencimentos posta na Constituição como direito adquirido qualificado.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Perfeito. Nesse ponto divirjo de Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Continuo entendendo que, se o acórdão recorrido não tem uma palavra sequer sobre a questão de fundo, — poderíamos até fazer considerações em torno dela para verificar se há urgência e relevância. Todavia, pretender decidir a respeito de matéria não decidida pelo acórdão recorrido, penso não ser possível. É que no RE não temos causa




aberta. Somente as questões prequestionadas é que podem ser apreciadas pelo Supremo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ministro Carlos Velloso, fui ao voto escrito e nele teci considerações para mostrar o que temos em jogo, como pano de fundo, considerado o trinômio "lei, direito e justiça", procurando alcançar o último vocábulo na plenitude.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Continuo entendendo: baixar o Presidente da República uma medida provisória, ato excepcional, para dizer que na execução não embargada não há honorários advocatícios, é ir longe demais. Onde está a urgência e onde está a relevância?

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - A Constituição exige os dois requisitos juntos: urgência e relevância.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Exatamente. Acho que é "baratear" a questão, tal como dizia o eminente Ministro Francisco Rezek em relação ao recurso extraordinário. 

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Tenho a impressão de que, no caso específico, está demonstrada a relevância e a urgência, dada a dimensão da litigiosidade. Conforme já mostraram, os Ministros Sepúlveda Pertence e Cezar Peluso, a rigor, era fácil chegar ao entendimento de que, na ausência de causalidade, não haveria que falar em honorários na hipótese, mas a prática da jurisprudência consolidada levou à necessidade dessa revisão. Por isso se fez necessária a edição da medida provisória. Dada a dimensão desses casos - sabemos bem, isso tem sido decantado -, a Fazenda já assume a responsabilidade pelo pagamento. Se há acordo quanto ao **quantum** fixado, ela não faz embargos, e o assunto se encerra. Logo, por isso, era relevante e urgente. Não teria dificuldade de adiantar o meu voto, e concordei integralmente com o voto do Ministro Sepúlveda Pertence, entendendo que, nesta sede, é de se avançar para um juízo de constitucionalidade. Acho um progresso tratar isso como um processo de índole objetiva, e concordamos naquela discussão. Claro, os fundamentos foram diversos. Lembro-me que Vossa Excelência enfatizou que a irredutibilidade era uma qualificação do direito adquirido, mas outros - o Ministro Cezar Peluso e eu também - sustentamos a tese de ser preciso dar também ao controle incidental um perfil objetivo. E havia outros exemplos; o Ministro Sepúlveda Pertence mencionou vários casos.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) -

Lembro que o nosso regimento, em dispositivo que vem antes da grande expansão do controle concentrado, já dispunha que, suscitada a arguição de inconstitucionalidade em qualquer processo, o Tribunal, obtida a maioria de seis votos, declarará a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei. Isso, a meu ver, envolve, no recurso extraordinário pela letra "b", sobretudo, um juízo de constitucionalidade sem limites.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Até porque seria pouco conforme com a função do Tribunal ter a lei por inconstitucional e deixar de declará-lo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Nesse caso, a rigor, os argumentos são aparentemente incindíveis. Estamos a reconhecer a relevância e a urgência porque, na matéria, não haveria causalidade até para os honorários. Esse é o argumento central em matéria dos embargos por quantia certa.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Materialmente, não vejo nenhuma inconstitucionalidade. Não há nenhum dispositivo na Constituição proibindo ao legislador legislar dessa ou de outra

Mu
—

RE 415.932 / PR

forma, em tema de processo, em tema de verba honorária. Materialmente, não vejo nenhuma inconstitucionalidade, e por isso fico restrito aos requisitos da medida provisória: urgência e relevância. Repito: não vejo a ocorrência de tais requisitos em o Presidente da República baixar um ato excepcional, a medida provisória, para dizer que não cabem honorários de advogado em execução não embargada. Meu voto fica somente nisso.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ministro Carlos Velloso, sem prejuízo da reverência que todos devemos a Vossa Excelência por todos os títulos, os votos dissidentes afirmam ponto de vista contrário, no sentido de que, no caso específico das execuções não embargadas, referidas pelo art. 730, há urgência.

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - RE 420.816) - E relevância?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Exatamente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Aí o fato decorre do caráter multitudinário da execução.



O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO - Com todas as vênias, reitero o meu entendimento mas, como não poderia ser de outra forma, com absoluto respeito às opiniões aqui expendidas.



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁ**RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO**

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(A/S) : TATIÂNIA SILVA DE BONA

RECORRIDO(A/S) : AZOEL DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

ADVOGADO(A/S) : GERSON LUIZ WENZEL E OUTRO(A/S)

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Senhor Presidente, exatamente no momento em que V. Exa. suspendeu a sessão, ocorreu-me que a sessão é muito rica, com muita discussão rica. Quero deixar bem claro que discordo da idéia do Ministro Marco Aurélio, de que o Estado vem a Juízo na defesa do interesse público secundário. A presunção é a de que o Estado venha sempre na defesa do interesse público primário.

Também quero deixar bem marcada a minha discordância com a visão do Estado como um monstro que devora o indivíduo. Continuo a imaginar que o espaço da liberdade é o espaço do Estado e que o indivíduo só se realiza plenamente, como titular de suas liberdades, na medida em que está vinculado ao todo; esse todo é a comunidade apresentada no Estado.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade de deixar marcada esta minha postura.



29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁV O T O**O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -**

Cuida-se de recurso extraordinário interposto pela letra "b": pelas razões expostas no RE 298694, entendo que essa modalidade recursal devolve ao Tribunal toda a questão da constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida.

Mas, de qualquer modo, creio que o fundamento do acórdão recorrido, a inexistência de uma situação de relevância e urgência a justificar a medida provisória, se embrica com a ponderação que fiz a partir de outro dispositivo constitucional: o do art. 100 e seus parágrafos da Constituição Federal.

Fosse um caso ou se reduzisse este caso a uma simples discriminação a favor da Fazenda Pública, dispensando-a dos ônus processuais da sucumbência, eu tenderia, com o eminente Ministro-Relator, a reconhecer o abuso da utilização de medida provisória.

Mas, no caso específico, disciplinado pelo art. 100 da Constituição soma-se a sua peculiaridade a um dado de fato: a época presente, de explosão da litigiosidade, multitudinária, contra certas áreas da Fazenda Pública, as quais me convencem que, reduzida aos termos do necessário, a medida provisória veio acudir a uma situação relevante e emergencial de urgência legislativa.



Impressionou-me na defesa oral e está na sentença de primeiro grau a peculiaridade da chamada "execução contra Fazenda Pública por quantia certa".

Leio decisão exarada pelo Juiz Federal Decio José da Silva, objeto da decisão recorrida do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, às f. 99:

"A parte exequente requer o arbitramento de honorários sucumbenciais sobre a execução.

Todavia entendo que são indevidos honorários sucumbenciais nas execuções movidas em face de entes públicos. Ocorre que, mesmo que queira, o ente público não pode efetuar o pagamento se não observada a sistemática prevista no art. 730 do CPC: o pagamento não prescinde do requerimento e efetivação da citação.

De igual forma, também não se pode dizer que com este proceder está sendo o advogado obrigado a trabalhar sem receber, porque a sucumbência tem natureza processual, vale dizer, decorre do processo e não das tratativas entre constituinte e constituído."

Isso não é problema relevante, no caso.

O certo é esse dado: ao contrário do comum dos processos de execução contra a Fazenda Pública ou contra particulares, em que transitada em julgado a sentença de conhecimento, o condenado pode adimplir, pode cumprir o que lhe foi imposto, pela sentença exeqüenda, nas condenações ao pagamento de quantia certa emitidas contra o Poder Público, este não pode pagar de outra forma que não seja mediante o sistema de precatório, salvo a partir da Emenda Constitucional nº 20, na hipótese dos chamados créditos de pequeno valor.



Por isso, há uma situação peculiar da Fazenda Pública quando executada nessa hipótese, o que desfaz, o que elide qualquer cogitação de ofensa a um princípio que esteve muito presente, no acórdão que lavrei na ADIn 1.573, em que aludia não só a uma situação objetiva de falta de urgência – porque às decisões já prolatadas não se poderiam aplicar a nova hipótese e o novo prazo de ação rescisória, mas, também, a quebra desarrazoada da isonomia processual entre a Fazenda e os particulares. Não é o que se dá na espécie, repito, à vista de se constituir a execução mediante precatório, nas hipóteses em que exigível, uma necessidade para a satisfação das condenações emitidas contra a Fazenda Pública.

São essas, em síntese desataviada, as razões que me levam a reafirmar a solução que durante o curso da discussão propusera ao Tribunal: a de, resolvendo a questão da constitucionalidade, declarar a constitucionalidade da Medida Provisória 2.180, com interpretação conforme, de modo que incida, exclusivamente, nas execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública e, ainda, aí, excetuada a hipótese de crédito de pequeno valor, prevista no art. 100, § 3º, da Constituição Federal.

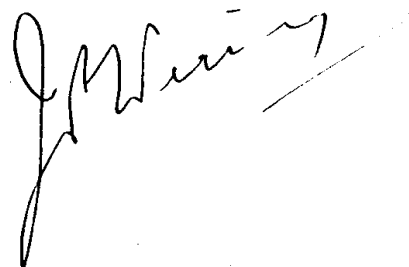
O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – A questão será submetida à execução nessa forma que está sendo prevista?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE – Sendo essa a solução, eu, no caso concreto, nego provimento ao recurso, porque, como já se disse, trata-se de um débito de pouco mais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) abrangido, com folga, na definição – que sobreveio



e que temos aplicado aos casos pendentes – de débitos de pequeno valor para o efeito do art. 100, § 3º, da Constituição Federal.

Esse é o meu voto.


A handwritten signature in black ink, likely belonging to a justice of the Supreme Federal Court, written in a cursive style.

29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5PARANÁ**RETIFICAÇÃO DE VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente,
reajusto o meu voto porque essa questão do valor da execução
realmente só se tornou transparente a partir do voto do Ministro
Celso de Mello.



Supremo Tribunal Federal

29/09/2004

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5 PARANÁV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) -

Trata-se de questão de inconstitucionalidade de lei e, por isso, o entendimento do Tribunal é que, ela há de ser examinada, ainda quando desnecessária para decidir o recurso.

Foi o que se assentou desde o MS 20505, de 1985, e mais, recentemente se reafirmou na SE 5206 - AgR de 8.5.1997.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Iniciar a discussão sobre a questão da constitucionalidade ou não da medida, independentemente da questão do provimento.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator) - Ministro, na verdade, a questão situa-se no campo do artigo 62 da Constituição.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator) - O tribunal de origem julgou improcedente a ação porque declarou a inconstitucionalidade.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Penso que a conclusão deve ser pelo provimento do recurso do INSS.



RE 415.932 / PR *Supremo Tribunal Federal*

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência deu pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade?

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator) - Esta é a questão.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Admitida - como vou admitir - a constitucionalidade, desde que interpretada a lei como restrita às hipóteses de execução por quantia certa mediante precatório, e salvo a hipótese do parágrafo 3º do artigo 100, aí examinarei se o caso se ajusta a essa interpretação que entendo constitucional, ou não; e, concluindo que não, nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator) - Eminente Ministro Celso de Mello, está se admitindo, então, que há urgência e relevância e que o Presidente da República pode editar uma norma processual, estabelecendo não haver honorários advocatícios na execução. Esta é a questão que realmente me impressiona. Urgência e relevância para a questão da verba honorária decorrente da sucumbência.

V. Exa. está admitindo haver urgência e relevância em o Presidente da República editar uma medida provisória, sobre matéria processual, estabelecendo que não cabe honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública.



RE 415.932 / PR *Supremo Tribunal Federal*

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator) - O constituinte da Emenda Constitucional nº 32 expressamente estabelece que não é possível legislar mediante medida provisória em tema de processo. Qual a razão? Penso que um dos motivos é este: dificilmente existiria urgência e relevância em matéria processual.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - V. Ex^a está fazendo uma interpretação futurística.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Certas medidas provisórias foram uma reação dialética a tendências jurisprudenciais.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator) - Talvez até esta esteja nessa linha.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - Talvez. Esta tem uma lógica impecável, se reduzida aos termos que, entendo, deva ser entendida.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator) - Sob o ponto de vista material, estou de acordo com ela. O legislador pode legislar sobre matéria processual.

Quando o Presidente da República legisla, ele o faz como legislador e cai na regra geral, desde que ocorrentes os requisitos de urgência e relevância. O Congresso não precisa desses requisitos, mas o Presidente, para editar um ato excepcional, que é a medida provisória, precisa. Só assim o Presidente da República está autorizado a editar um ato normativo primário, sob condição



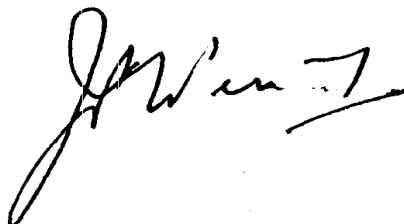
RE 415.932 / PR *Supremo Tribunal Federal*

resolutória, é certo, mas ato normativo primário. A menos que se reconheça a urgência e a relevância em o Presidente da República, em matéria processual, legislar, afirmando que não cabem honorários advocatícios ...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas isso foi reconhecido por todos aqueles que defenderam na hipótese, porque não se estava a discutir o parâmetro de controle estabelecido depois da emenda.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator) - O voto do Ministro Celso de Mello, no ponto, contém lições com relação a esses requisitos.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (PRESIDENTE) - E, no caso concreto, S. Ex^a entende que há relevância.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 415.932-5**

PROCED.: PARANÁ

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

RECTE.(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADV.(A/S): TATIANA SILVA DE BONA

RECD.(A/S): AZOEL DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): GERSON LUIZ WENZEL E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal conheceu do recurso e declarou, incidentalmente, a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, com interpretação conforme de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (Código de Processo Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do § 3º do artigo 100 da Constituição. Em consequência, negou-se provimento ao recurso. Vencidos, na questão prejudicial de constitucionalidade, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, Carlos Britto e Carlos Velloso, que declaravam a inconstitucionalidade formal e integral do artigo 1º-D da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001. Votou o Presidente. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Falou pelo recorrente a Dra. Luciana Hoff, Procuradora do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim, Presidente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 29.09.2004.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.


Luiz Tomimatsu
Secretário